

CONSTRUIR NOVAS FRONTEIRAS: POR UM DIÁLOGO ENTRE ANTROPOLOGIA E AR- QUEOLOGIA

Entrevista com a arqueóloga Vanessa Linke Salvio

Inspirados pela temática “Diálogos Interdisciplinares” da V Semana de Antropologia e Arqueologia da UFMG, que aconteceu entre os dias 12 e 16 de setembro de 2016 e cujo objetivo principal era discutir questões acadêmicas e políticas que conectam as duas disciplinas na atualidade, conversamos com a arqueóloga Vanessa Linke Salvio, graduada em Geografia pelo Centro Universitário Newton Paiva, mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFMG e também doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Em 2016 ela foi professora substituta do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG (DAA/FAFICH/). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), mas mantém seus vínculos como pesquisadora colaboradora no Setor de Arqueologia da UFMG. Os seus interesses e projetos de pesquisa em arqueologia pré-histórica perpassam principalmente questões relacionadas à paisagem e à arte rupestre.

Conversamos sobre os possíveis diálogos entre arqueologia e antropologia; as questões epistemológicas que atravessam essa interlocução; os limites e desafios do ensino dessas disciplinas na universidade e sobre o curso de Antropologia da UFMG. Discutimos, ainda, o nosso pungente cenário social, tentando compreender os engajamentos políticos (ou a ausência deles) de antropólogos e arqueólogos.

Três Pontos: Conte-nos sobre sua trajetória acadêmica e como antropologia e arqueologia se dialogam nesse percurso.

Vanessa: Bom, eu formei em uma graduação em geografia. E enquanto estava na graduação tive uma disciplina de antropologia cultural que fez um “clique” na minha formação. Meu primeiro contato acadêmico com arqueologia foi nessa disciplina. Ela era dada, inclusive, pelo Andrei Isnardis (DAA/UFMG). No semestre seguinte, um conjunto de professores do Centro Universitário Newton Paiva organizou um projeto de iniciação científica, tendo a região de Diamantina como área de estudo. Foram selecionados alguns estudantes e eu fui uma dessas alunas que participou do projeto, que durou de 2003 a 2004. Era um projeto que envolvia geografia, história e arqueologia, pensando em formas de percepção da paisagem. Foi o meu primeiro contato com essa temática, e o projeto tinha interesse apenas na arqueologia, mas tinha um diálogo com a história e a geografia também. Algumas coisas que a gente leu tinha a ver com antropologia, mas um pouco periféricamente ainda. Eu fiz essa iniciação científica, mas a minha monografia não tinha nada a ver com arqueologia, foi com iconografia de viajantes do século XIX. Em 2004, o projeto de iniciação científica acabou e o Andrei resolveu fazer o doutorado com as coisas de Diamantina, dando continuidade um pouco à pegada do projeto de iniciação, e me chamou para compor a equipe do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Eu comecei a trabalhar no Museu, mas até então a antropologia era muito periférica na minha formação. A arqueologia que eu aprendi a fazer é uma arqueologia bem tradicional, e não há problema algum nisso. O Andrei sempre curtiu muito dialogar com a antropologia, mas também muito periféricamente em termos de construção de método e das interpretações de análises. Depois de

um tempo integrando a equipe do Setor de Arqueologia, e aí já graduada, eu fiz o meu mestrado juntando as coisas da iniciação científica e dados obtidos nos projetos de pesquisa do Setor. Eu entrei no mestrado no IGC/UFMG e ainda com essa temática de paisagem, pensando na relação das localizações dos sítios de pintura rupestre com as tradições arqueológicas, que até então a gente tinha delineado para a área, com elementos da paisagem, pensando em padrões de escolha. Nesse momento, eu comecei a ler mais de antropologia até para justificar o meu argumento de padrões de escolha, fugindo da ideia de um padrão fixo e normativo dos sítios de pintura e das relações que as pinturas poderiam ter com o meio. Mas foi ainda muito devagarinho ... E isso foi meu mestrado, que durou de 2006 a 2008. Quando foi em 2009, eu entrei para o doutorado na USP, no Museu de Arqueologia e Etnologia. E o meu projeto tinha muito dessa arqueologia mais tradicional, mas já com algumas inquietações. E à medida que eu fui analisando o material eu comecei a ficar muito insatisfeita com a abordagem que havia escolhido. Já tinha sido delineado nos contextos de diferentes pesquisas um quadro arqueológico para várias áreas do centro do norte mineiro, mas todos trabalhando com essas noções de tradição, que são as categorias classificatórias da arqueologia. E eu pensei que se essas coisas estavam funcionando e fazendo sentido, pensando nos estudos que tinham uma escala micro ou meso regional, como seria pensar nisso numa esfera macro regional? Como que essas categorias poderiam funcionar? No momento em que eu comecei a questionar isso e delimitar alguns métodos, por exemplo, de juntar áreas que teriam, por exemplo, a tradição Planalto, que foram áreas estudadas em contextos de pesquisas diferentes e por pesquisadores diferentes, comecei a me perguntar o quão esse acervo pareceria semelhante entre si? Então, eu comecei a tentar delimitar al-

Entrevista realizada em 12 de novembro de 2016.

Aline Beatriz Miranda da Silva

Graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2017). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília - PPGAS/UnB.

Contato:

<mirandabms@gmail.com>

Bianca Retes Carvalho

Graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

<biaretetes@hotmail.com>

guns métodos, por exemplo, o de análise tipológica de atributo. E eu não consegui achar aquilo que efetivamente poderia ser único em termos de detalhes, ou que gerasse realmente uma unidade, que não fosse só a partir da temática. Eu comecei a dar uma surtada mesmo, questionando o que eram todas aquelas categorias. Isso porque somente a temática dos grafismos rupestres parecia trazer essa coesão para falar das tradições numa escala regional. Aí eu comecei a me perguntar se somente o tema seria suficiente, porque afinal de contas a gente não discute também o que é o tema. A gente pega, em arqueologia, um painel, por exemplo, para discutir tema e a gente está falando de figuras zoomórficas, geométricas, e o tema pode não ser a unidade que a gente reconhece, mas o tema pode ser um conjunto. E esses conceitos, para a arte rupestre, acabaram sendo muito colocados na própria prática arqueológica sem um cuidado ou uma preocupação de ficar se discutindo isso teoricamente. Não se tem uma discussão dizendo que tema é “x” coisa e vai se referir a tal coisa. No geral a gente fala “eu tenho uma temática”, ou seja, um conjunto de temas que são representados, mas efetivamente não dá para a gente saber se tema é um cervídeo e um peixe, por exemplo, ou se o tema seria o conjunto de cervídeos com peixes em um determinado lugar do painel, em uma determinada porção do sítio... Se a gente for pensar, por exemplo, o que é o tema para a gente pensando em arte clássica, moderna, contemporânea, ou qualquer que seja, tema é o conjunto. O exemplo que o Andrei sempre costuma dar é o da enunciação da Virgem Maria, quando ela fica grávida. Nesse caso, o tema é a enunciação em si, mas tem vários ícones e vários elementos que estão compondo esse tema. Será que não seria assim para a arte rupestre? Então eu comecei a me questionar muito nesse sentido e perceber, pelo próprio registro e métodos que eu estava até então tentando delinear para discutir as tradições, que a manifestação gráfica é muito menos normativa do que a gente trata. Ela varia muito mais entre as regiões, e em uma mesma região há uma fluidez maior do que a gente normalmente considera. Só que a gente, arqueólogo, sempre pega muito na recorrência. E aquilo que não se repete, a gente deixa meio de fora porque não está se enquadrando dentro das nossas categorias. Isso começou a ficar muito claro para mim e quanto mais claro isso ficava, mais difícil ficava para eu fazer o que eu tinha me proposto a discutir. Aí eu pensei que eu precisava fazer alguma coisa e que no final das contas o que poderia estar rolando é que as perguntas que eu estava fazendo, dentro das áreas que eu estava estudando, poderiam não ser facilmente respondidas pelos métodos clássicos e pelas teorias – ou falta delas – que envolviam esses métodos. Aí eu me questionei: “o que eu acho que é a minha lacuna e por que eu não estou conseguindo? Porque os meus referenciais teóricos e as coisas que eu estou pensando não estão me dando possibilidade.” Então eu falei: “eu vou estudar antropologia”. E eu comecei por conta própria mesmo, estudei os ditos clássicos de antropologia. Comecei a sacar inclusive em que medida aquele conjunto de técnica que a arqueologia usava não dialogava com determinadas correntes teóricas antropológicas, que influenciaram determinadas linhas. Depois disso eu comecei a ficar mais crítica também com o meu próprio método, tendo, então, a antropologia enquanto elemento de diálogo.

TP: Você sentia que os seus colegas de doutorado também estavam nesse mesmo movimento de estudar antropologia?

V: Olha, nesse momento eu já comecei a sentir que não só no doutorado as pessoas estavam fazendo esse movimento, mas as pessoas fora do MAE e da USP também. As pessoas com quem eu convivia já estavam ficando insatisfeitas, não uma grande maioria, mas um conjunto de pessoas. E um pouco da crítica que vinha com esse movimento era de que a gente utilizava a teoria arqueológica produzida fora do Brasil para discutir as coisas daqui. Se a gente tem algumas coisas sendo produzidas aqui e que, pelo menos do ponto de vista geográfico, estava muito mais perto dos nossos contextos arqueológicos, por que não começar a investir nessa literatura para tentar efetivamente dialogar com essa produção antropológica que estava sendo feita aqui no Brasil? Foi esse, então, o meu primeiro contato mais sistemático com a literatura antropológica. Não que eu tenha conseguido resolver efetivamente os meus problemas. E no doutorado eu acabei escolhendo um método super clássico, que foi o método estruturalista de Lévi-Strauss. O que eu fiz foi utilizar o esquema da Estrutura dos Mitos para estudar pintura rupestre. E deu um resultado *massa*, mas um resultado *massa* no sentido de que haveria uma recorrência que a gente poderia chamar de estrutura, mas que, apesar disso, as coisas variavam amplamente. Embora eu tenha usado esse método, eu não tive aquele resultado maravilhoso que o Lévi-Strauss produziu, mesmo porque eu não sou o Lévi-Strauss (risos). Eu não tenho aquela capacidade, mas foi *massa*. E foi nesse momento que eu comecei a falar: “bom, eu estou insatisfeita com a arqueologia que eu estou fazendo, mas eu estou insatisfeita com essa arqueologia porque talvez eu esteja sempre fazendo as mesmas perguntas, as quais eu aprendi a fazer lá em 2004 e eu agora quero fazer outras perguntas”. Então além da antropologia, eu fui ler epistemologia também. O movimento daquela disciplina que a gente fez (disciplina chamada Reflexões em Interpretações em Antropologia e Arqueologia) foi parte de um processo que eu comecei um pouco antes para tentar diversificar as minhas perguntas e ver em que medida novos métodos precisavam ser criados para esses novos questionamentos, que estariam dialogando mais com a produção antropológica do que com uma arqueologia mais tradicional, mais preocupada com as classificações ou que as classificações fossem só um meio de abordar algo e não uma finalidade em si. Então, foi um pouco assim e hoje eu estou ainda nesse processo de estudar e tentar construir métodos para as minhas perguntas.

TP: Pensando um pouco na sua formação e aproveitando que você já até citou a disciplina que ministrou no curso de Antropologia, chamada “Reflexões em Interpretações em Antropologia e Arqueologia”, eu gostaria que você falasse como foi essa experiência em sala de aula, propondo um diálogo entre essas duas áreas.

V: Essa disciplina foi muito *massa* e até um pouco injusta. Eu fico pensando que eu nunca vou fazer uma disciplina como aquela porque ela foi muito legal. Eu acho que as pessoas que estavam ali estavam realmente dispostas a construir a disciplina com muita honestidade e presença, contribuindo mesmo.

Estar na sala de aula com essa disciplina só teve o significado que teve para mim muito em função da troca que rolou. Mas tirando essa parte, tentando abstrair disso (risos), eu acho que ela começou como uma disciplina de interpretações em arqueologia e antropologia e acabou virando uma disciplina sobre conhecimento. Na prova final, as respostas ou o jeito que algumas pessoas elaboraram seus textos foram sempre falando da disciplina como uma disciplina do conhecimento e que levou a questionar a construção do conhecimento. Eu acho esse movimento bem *massa* e ele retrata bastante o meu processo, porque no momento em que eu comecei a questionar a arqueologia que eu estava fazendo, no final das contas, eu estava questionando o conhecimento que eu estava produzindo e ao mesmo tempo que eu o adquiria, eu estava relativizando também. Então, ler os textos que a gente escolheu para ler e fazer o movimento de discussão que foi feito, além de me mostrar uma possibilidade de produção de conhecimento que seja mais honesta com os processos individuais e que abarque múltiplas possibilidades de entendimento das coisas, a disciplina me apaziguou com relação ao meu processo na arqueologia. É como se eu escutasse “olha, está tudo bem, isso que você fez até agora está certo também, está tudo certo porque era seu objetivo, era seu percurso”. Então, isso me trouxe mais tranquilidade. E a gente aprende disso na vida. A gente entra na graduação e aí alguém já te pergunta se você vai fazer o mestrado e parece que a linha de chegada, o momento em que se fica satisfeito, é você entrar para o doutorado. A partir disso, acaba a sua vida acadêmica e efetivamente começa a sua vida profissional, que é quando você vai fazer um concurso para poder dar aula, como se acabasse o processo ali. E isso é meio triste... Eu me lembro agora de que eu estava conversando outro dia com uma estudante sobre esse processo aluno/professor e ela falou que tinha ouvido uma professora falar algo assim: “bom, vocês acham também que ser professor é fácil? Tem uma expectativa de um monte de gente de que você saiba tudo”. E eu acho que isso é reflexo dessa mesma história de achar que o doutorado marca um limite entre sua vida estudantil e o momento em que você está apto a ensinar algo para o mundo. Eu acho isso bem injusto. Nessa disciplina de interpretação, por exemplo, embora eu já tivesse dado outras disciplinas, foi um momento que eu me dispus muito para o outro e para a construção coletiva da disciplina. Então foi quando ficou mais claro para mim que na sala de aula é onde a gente mais aprende, mais do que no doutorado, mais do que no mestrado e mais do que na graduação. É quando você efetivamente tem que lidar com a possibilidade da opinião do outro ser mais válida ou tão válida quanto a sua, embora divergente. Eu acho que isso é o mais *foda* e, por isso, é quando a gente mais aprende. Alguém fala alguma coisa e você percebe que nunca tinha pensado naquilo. Essa disciplina foi muito legal para eu achar esse lugar de conforto dentro do processo de construir conhecimento, de não achar que você tem que ter uma resposta pronta, verdadeira e válida para todo mundo e que vai caber em todos os contextos e em todos os lugares. E eu acho que a arqueologia é muito isso. Às vezes, a gente está trabalhando e acha um sítio, mas você já tem uma expectativa sobre aquilo porque já tinha um projeto, objetivos e um monte de perguntas. Então você encontra várias coisas que talvez saiam desse escopo inicial da pesquisa e, às vezes, você não sabe

muito bem o que fazer com aquilo. Esse processo de apreender o que o sítio está dizendo, se é que o sítio diz, o que o registro está ali te mostrando, se oferecendo ou agindo. Às vezes, só lá na frente você vai conseguir perceber que, naquele momento, não estava aberto e pronto para aquilo. Só depois de um tempo tudo isso começa a fazer sentido.

TP: O atual cenário teórico tem colocado em pauta a necessidade das análises antropológicas considerarem o principal elemento de estudos dos arqueólogos – o artefato – como fundamental para a compreensão da experiência humana. Ao mesmo tempo, a arqueologia começa a se ver confrontada por demandas relacionadas aos grupos e comunidades do presente e não só a artefatos de um passado distante. Você já falou um pouco disso quando contava a sua trajetória e refletia sobre as lacunas da sua formação em arqueologia. Nesse sentido, como você enxerga esse cenário?

V: Pra mim é engraçado porque mesmo que eu tenha começado com uma arqueologia mais restrita aos artefatos e às características descritivas, isso foi mudando. Na minha primeira aula de antropologia cultural na graduação, quando começou a se discutir o que era antropologia cultural, a arqueologia foi apresentada como uma área da antropologia, aquele esqueminha do Franz Boas. Então, eu acho que essa necessidade atual tem a ver com aquilo que a arqueologia sempre foi: parte da antropologia. Então pensando nos déficits da minha formação e nos meus receios, eu acho que essa divisão que é feita didaticamente entre os diversos elementos ou linhas, que poderiam compor a antropologia, fizeram com que a gente caminhasse muito separado durante um tempo, embora dentro de uma mesma área de produção do conhecimento, porque no final das contas a gente estuda os artefatos, a cultura material, mas a gente não está atrás do entendimento disso em si, de forma restrita. O entendimento do artefato é parte de algo que a gente quer compreender e que está muito além do próprio artefato. Essa necessidade de talvez quebrar essas fronteiras e de construir novas fronteiras já estava predita, pré-entendida e pré-estabelecida. Só que o momento em que isso foi dito correspondeu exatamente com o momento em que a ciência como um todo estava militando pelas especializações ou caminhando para as especializações nas áreas. Talvez essas especializações hoje não façam tanto sentido, mas quando a gente pensa em arqueologia e em antropologia, talvez a gente esteja exatamente na ruptura, no movimento da ciência moderna para a pós-moderna em que essas coisas ficam mais difíceis de separar, existindo, na verdade, uma necessidade de dialogar. E esse diálogo se faz mais urgente nos contextos políticos que a gente vive hoje, pensando, por exemplo, na arqueologia combinada às lutas de comunidades indígenas e quilombolas para demarcação de terra enquanto recurso de identidade e território. E isso vem colocando novos obstáculos, novas perguntas e exigindo que a gente saia também da nossa zona de conforto. A arqueologia se pretende dizer de um outro, mas a gente não sabe quem esse outro é, a não ser pelos artefatos. Então os artefatos acabam virando quase que uma passagem, um caminho para se chegar nesse outro. Mas não é fácil fazer isso, ao mesmo tempo, com as críticas epistemológicas e ontológicas, que questionam quem é esse outro e o quanto a gente é capaz de falar

sobre ele, acabam fazendo com que a gente fique cada vez mais restrito ao objeto. Então, na medida em que a ciência vem trazendo muitos discursos, acho que talvez até uma militância, pensando em alguns autores dessa ciência pós-moderna, talvez a gente tenha mais fluidez para falar desse outro com algumas ressalvas. E no caso da antropologia com os artefatos, eu acho que há uma necessidade, há um crescente, mas eu acho também que a fronteira da antropologia para a arqueologia é ainda mais refratária. Chega a ser engraçado porque teve um momento da antropologia que você tinha mais gente interessada em cultura material. Depois, o interesse virou muito para a cosmologia, para as formas de pensamento e o jeito de lidar e construir o mundo. Então, os artefatos acabaram virando algo periférico a essa cosmologia, até que alguns trabalhos como o da Lúcia Van Velthem, da própria Els Lagrou, do Aristóteles Barcelos, do Marcio Goldman de uma outra forma, e de outros pesquisadores também, vêm colocando esse universo material em relação a esse universo cosmológico e ontológico. Mas ainda são poucos trabalhos, afinal, se a gente pega o grosso da produção antropológica que foi feito da década de 80 até agora, tirando o Alfred Gell, que inclusive é mais antigo, ainda são poucos trabalhos de antropologia voltados para a cultura material. Eu não sei dizer por que são poucos e se é mesmo uma indisposição ou se é só aquele negócio da moda da vez. Mas é fundamental que esse diálogo se estreite e que essas fronteiras se tornem menos refratárias e mais permeáveis. Eu acho que vai ser muito difícil romper com fronteiras, mas temos que, pelo menos, fazer aquela história do Mia Couto de construir novas fronteiras. Afinal, têm coisas que, efetivamente, são muito específicas de cada campo. Pensar que um antropólogo de formação, um etnólogo ou um etnógrafo vai se debruçar dentro de uma cultura material e analisá-la em termos de características tecnológicas como o arqueólogo faz, eu acho que não seja o caso. Mas é preciso que os antropólogos se disponibilizem mais para essa troca, até para que, nós, arqueólogos, possamos ter mais embates. Inclusive para que a gente possa ouvir mais coisas do tipo "olha, você não está dando conta de chegar lá porque você está fazendo perguntas erradas", como eu ouvi de um antropólogo. E isso foi muito construtivo para mim. Em outro momento, durante a banca da arqueóloga Camila Jácome, eu ouvi o Rubens Caixeta, que é antropólogo, comentar algo assim: "é engraçado porque vocês arqueólogos lidam com o estilo como uma categoria teórica e de análise bem fundamental, mas no final das contas quando a gente pega as etnografias indígenas ou mesmo as experiências estando com os indígenas, os estilos, normalmente, nunca são deles, são sempre de um outro". Então, aquilo que eles estão reproduzindo na cultura material não são estilos deles, são estilos do outro, é da cobra, é da onça, são outros seres que são dotados daquele estilo. Isso me fez pensar na necessidade de um maior diálogo e trocas com os etnólogos e etnógrafos. Só que eu não acho que é esse diálogo bibliográfico. Eu acho que a gente precisa de um diálogo no *tête a tête*, na empatia mesmo, um diálogo de produzir juntos. A gente tem espaços acadêmicos de discussão dos trabalhos, por exemplo, que são muito bem marcados dentro das "classes": a classe dos antropólogos e a classe dos arqueólogos, a SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira, por exemplo, e a ABA - Associação Brasileira de Antropologia. Talvez devesse efetivamente

ter diálogo, por exemplo, "vamos sentar e discutir isso, o que você acha?", "eu estou pensando nisso", "os meus resultados são esses" e ter antropólogos debatendo os nossos trabalhos e o mesmo eu acho que vale para o contrário, porque às vezes os objetos, as classes das coisas, ainda são secundarizados nos trabalhos antropológicos. Muitas vezes é ali nas coisas que pode ter uma grande sacada. Então é um pouco por aí, tem que ter um diálogo de verdade. Mas é tão difícil porque isso pressupõe uma abertura de troca para a qual os pesquisadores e os professores não têm, que na maior parte das vezes, é tempo.

TP: Às vezes pode não ser apenas o tempo, pode ser também certo receio. Quando a gente estava organizando, por exemplo, as divisões dos grupos de trabalho da Semana de Antropologia e Arqueologia, a proposta era não fazer grupos que fossem só com trabalhos de antropologia e outros só com trabalhos de arqueologia. Fazer esse casamento dos trabalhos foi difícil, pensar nos professores que seriam debatedores foi mais difícil ainda. Muitos professores hesitaram dizendo algo assim: "eu não sei se eu vou ter alguma coisa para comentar e para contribuir nesses trabalhos de arqueologia" e o contrário também. E depois disso já começava as divisões, "ah, mas eu sou da arqueologia pré-histórica", "eu sou da histórica", assim em diante. Então esse movimento todo do qual estamos falando parece ser muito difícil na prática.

V: Pois é, mas aí eu acho que tem um pouco de preconceito (risos). São várias coisas na verdade... Tem receio mesmo de dar "pitaco" na área que não é a sua, mas eu acho que tem preconceito efetivamente ao falar "ah eu sou x, essa é a minha área e eu não vou dar conta de falar da área do outro". Vai dar sim! É só estar disposto, mas dá trabalho. Por isso que eu falo da questão do tempo. A gente, que é arqueólogo, está aprendendo que precisa ler a produção teórica da antropologia e levar a sério as etnografias e as etnologias. O antropólogo, agora, deve perceber que precisa ler a produção arqueológica também. E para isso precisa de tempo. Mas a gente está em uma sociedade e em um universo acadêmico em que tempo é um negócio contado. Você conta o seu tempo, você perde tempo e você gasta tempo. Então, pensar no tempo que precisaria ser despendido para o diálogo, isso às vezes gera um terror, porque você já tem tanta pressão para produzir coisas sobre as quais você já sabe, como é que você vai pensar em produzir sobre algo que você ainda precisa parar para estudar? Então, eu acho que a dinâmica, o sistema e o que quer que seja, não beneficia muito essas trocas.

TP: Pensando nisso, como você enxerga a experiência do curso de graduação em antropologia da UFMG? O qual é o único no cenário brasileiro que tem essa proposta de conjugar a possibilidade das duas habilitações, uma em antropologia social e a outra em arqueologia. E que, além disso, prevê a obrigatoriedade dos estudantes transitarem pela habilitação que não seja a escolhida. Como alunos, achamos super difícil porque a gente escolhe a habilitação muito cedo e, a partir dali, você não consegue ter um contínuo básico de formação na outra habilitação também. Então, considerando a sua experiência enquanto professora do nosso curso, o que você acha da proposta de integrar essas duas áreas? E

quais os desafios que você observa para os docentes e discentes que fazem parte dessa formação?

V: Bom, eu acho que a proposta é sensacional. Mas ela é uma ideia que está sendo construída com vocês. Ela é desafiadora para todo mundo, porque para ela funcionar idealmente ela precisa desconstruir muitas fronteiras. Eu, por exemplo, já ouvi aluno da arqueologia dizer “mas eu vou ter que fazer mais disciplina da antropologia? Isso não vai me servir para nada”, ou quem é da antropologia falar “mas essa arqueologia é muito chata”. Então, é difícil de verdade, mas a gente tem que tentar sempre refletir sobre as coisas pensando nos contextos em que elas são feitas. Esse curso não surgiu em qualquer lugar. Ele surgiu dentro da Universidade Federal de Minas Gerais, dentro da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e dentro de um departamento que era dividido em antropologia e sociologia. E você tem politicamente posturas entre antropólogos, arqueólogos e sociólogos que divergem. Então, quando o curso nasceu e ele foi pensado, obviamente ele carregou em sua estrutura várias dessas fronteiras bem marcadas. E quando o departamento se separa da sociologia e vira um departamento de antropologia e arqueologia, ainda assim é um departamento de antropologia e arqueologia, que tem antropólogos e as suas pesquisas, seus núcleos e seus estudos e tem os arqueólogos também. Sem falar na diferença discrepante entre o número de antropólogos e o número de arqueólogos. Se a gente for pensar no número de arqueólogos, dá para falar ainda que você tem no curso uma arqueologia, segundo determinados professores, porque é um número pequeno de docentes. Então, isso tudo reflete na forma como o curso expressa essas dicotomias e essas diferenças entre as áreas. E eu acho que tudo isso é desafiador e não vai se solucionar rápido. Uma das coisas que você colocou na sua fala é de que vocês precisam escolher a habilitação muito cedo, realmente é muito cedo! Quando vocês escolhem a habilitação vocês tiveram o quê da arqueologia?

TP: As disciplinas “Arqueologia Brasileira” e “História do Pensamento Arqueológico” e da antropologia são as mesmas, “Antropologia Brasileira” e “História do Pensamento Antropológico”. E antes disso, no primeiro período, temos o ciclo básico.

V: Pois é, é muito cedo e muito difícil fazer essa escolha nesse momento. Não é à toa que tem várias pessoas que eu já vi que optaram pela arqueologia, depois desistiram e optaram pela antropologia, e o contrário também. Então, eu acho que é difícil pensar que o curso está pronto e que vai ter cem por cento de sucesso, porque não tem jeito de ser assim, é uma construção. Tem uma vanguarda, tem expectativas em volta disso e vai demorar até que se consiga estruturar e realmente gerar um corpo de docentes em número que dê conta de cobrir as diversidades ou que dê conta de construir os diálogos com novas fronteiras inventadas. Enfim, eu acho a ideia maravilhosa e promissora, mas que tem muitos desafios a ser rompidos. Se a gente pensar que o curso tem aquela disciplina das duas habilitações, quem são as pessoas que dão essas disciplinas?

TP: Os arqueólogos. Mas atualmente surgiu uma segunda possibilidade que é de fazer uma divisão em que um antropólogo dê uma parte da disciplina

e um arqueólogo dê outra parte. Então você tem um antropólogo e um arqueólogo ministrando uma disciplina que propõe uma discussão temática considerando os dois campos teóricos. No entanto, o que normalmente acontece é que o programa da disciplina fica dividido em antropologia e arqueologia, ou seja, os professores não estão juntos em sala e muitas vezes não existe nem mesmo aquela aula que quebraria essa divisão ou que faria a transição entre os dois campos, possibilitando, assim, um diálogo melhor. Então, em alguma medida, esse diálogo acaba não acontecendo efetivamente. Mas é importante reconhecer também que isso já é um primeiro passo, na medida em que você pelo menos já tem dois professores propondo uma coisa juntos, e elaborando um programa de disciplinas juntos...

V: Mas isso eu vejo como algo desafiador e a partir da sua fala eu acabei refletindo sobre as minhas disciplinas. Esse semestre eu estou dando uma disciplina nesse esquema das duas habilitações e é difícil para mim enquanto professora também. Às vezes eu estou discutindo algum texto de antropologia, depois vou pegar algum texto de arqueologia e é difícil fazer essas discussões de forma fluida porque tem conteúdo que é muito bem marcado. Então você precisa desconstruir muita coisa para dar conta de dialogar. Não é fácil mesmo. E pensando na participação dos alunos, eu percebo que quando a gente vai discutir um texto de antropologia, por exemplo, vai muito mais gente na aula. E o número de pessoas que optam pela a habilitação de arqueologia é menor no curso do que o número de pessoas de antropologia. Quando a gente vai discutir um texto de arqueologia, as pessoas da outra habilitação não vão à aula. E nesta disciplina é tudo misturado, a gente lê um texto de antropologia, depois pode ler outro de antropologia e só depois algum de arqueologia. Mas quase sempre quando estamos no texto de arqueologia, é possível perceber que tem um número menor de pessoas que leu e um número menor de pessoas que foi à aula. Eu acho que tem um “ranço” dos antropólogos com essa coisa da cultura material e da arqueologia. E se você for pensar muito friamente, a maior parte da produção bibliográfica da arqueologia está discutindo o quê? Sistemas de assentamento e classificação de artefato. E isso parece pouco sedutor efetivamente diante das temáticas da antropologia. Então isso dá uma desanimada nos estudantes. E eu não faço parte de um grande movimento de construção de uma nova arqueologia pós-moderna. Eu acho que tem muita gente super satisfeito com essa arqueologia que se faz. Eu não estou satisfeita, alguns colegas não estão satisfeitos e estão buscando fazer outras coisas. Precisariamos de um movimento muito maior para que esse “ranço” e esse próprio preconceito seja diluído. Talvez essas arqueologias decoloniais e essa linha das arqueologias colaborativas façam mais sentido para os antropólogos. Mas se pensar em textos clássicos de arqueologia realmente deve ser muito difícil para alguém que está escolhendo a antropologia se debruçar. Eu já ouvi várias vezes “esses arqueólogos são muito chatos”, “esses textos são muitos chatos”. E eu preciso confessar, eu, como arqueóloga, acho muito chato também. Se eu pego pra ler uma etnografia, que teria um monte de discussão, um monte de coisas do cotidiano e de como as pessoas se estruturam e se organizam socialmente, eu consigo ler sem dormir. Mas me dá um texto de arqueologia, ainda mais um que

esteja descrevendo material, por mais que eu ame arqueologia, me dá um sono danado (risos). Você vai descrever o sítio, vai pegar o material nível por nível, vai falar de como os objetos são e de todas as suas características, isso é chato mesmo.

TP: Você falou que a divisão dos espaços de discussão dos trabalhos antropológicos e arqueológicos é muito marcada, a exemplo dos encontros da ABA – Associação Brasileira de Antropologia e dos encontros da SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. Como você percebe o diálogo entre antropologia e arqueologia nos congressos e eventos que você participa?

V: Olha, é muito periférico. Eu acho que tem crescido, é preciso ser justo. Eu lembro que eu fui a um congresso da SAB e essa possibilidade de diálogo ficou muito marcada para mim. Foi em 2007, em uma SAB que aconteceu em Florianópolis, onde teve um simpósio para discutir arqueologia amazônica, o esquema dos cacicados e das organizações sociais. E o Carlos Fausto foi discutir isso junto com os arqueólogos e o Heckenberger também foi. Se fosse para eu falar de um marco, eu diria que foi esse congresso. Depois disso começaram a aparecer mais alguns trabalhos e mais gente disposta a dialogar com a produção antropológica, muitos deles em diálogo com a etnoarqueologia. No penúltimo congresso que eu fui, isso ficou bem claro, que foi o congresso da Associação Brasileira de Arte Rupestre, a ABAR. Tiveram várias mesas em que as discussões caminharam para esse diálogo entre arqueologia e antropologia, embora os trabalhos em si não tivessem essa proposta. Foram as perguntas, durante as discussões, que caminharam para isso. Eu coordenei uma mesa de paisagem em que essas discussões apareceram também, foi uma mesa muito legal. Acho que talvez tenha sido a mesa mais legal que eu tenho participado em congresso, com muita discussão, muito debate, em que questões da antropologia estavam sendo usadas como argumento para questões do trabalho do arqueólogo. Teve uma outra mesa que era de multivocalidade, que tinha esse caráter de agregar novas interpretações dos grafismos ou interpretações que não fossem produzidas pelos acadêmicos, mas por outras pessoas, outras formas de apropriação, reconhecimento e interpretação, que trouxe bastante esse diálogo e foi bem legal também. Na SAB-Sudeste que aconteceu aqui, na UFMG, este ano, teve uma mesa minha com o Andrei Isnardis e a Mariana Cabral e tinha uma outra também que trazia essa possibilidade, o que já é muito, não é mesmo? Você ter duas mesas dessas em um congresso regional, que é um congresso pequeno, já é um bom avanço. Eu acho que isso está crescendo. Além disso, na RBA – Reunião Brasileira de Antropologia – que aconteceu em Fortaleza em 2014 – teve uma mesa de discussão de antropólogos e arqueólogos. Então, foi uma primeira abertura da antropologia. E tivemos ainda o evento “Diálogos Amazônicos” aqui na FAFICH, em que a Dominique Galois veio. A gente vê que o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e o Departamento de Antropologia e Arqueologia daqui da UFMG têm feito esse movimento, porque não é atoa que essa última SAB-Sudeste sediada aqui foi organizada por professores do departamento. Sem falar ainda que nessa RBA de 2014 tinha várias das pessoas que estão hoje no Departamento de Antropologia e Arqueologia. Então tem um núcleo em que

essas coisas estão sendo discutidas amplamente. É um começo. Isso tende a crescer e o curso de Antropologia daqui possui pessoas que estão efetivamente dispostas a dialogar de uma outra maneira e essa proposta do curso, de ter a dupla habilitação, possibilita a expansão dos diálogos.

TP: Em conclusão, tendo em vista o nosso atual contexto social, marcado por inúmeras ocupações secundaristas e universitárias, inclusive na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como você vê os posicionamentos políticos da arqueologia e da antropologia?

V: É difícil eu responder isso, pensando no posicionamento da antropologia e da arqueologia porque o que eu tenho é só um recorte. Em grande medida, esse contato está vinculado a uma instituição e essa instituição impõe alguns limites burocráticos para determinadas ações e determinados engajamentos políticos. As instituições põem muitas amarras. Mas uma coisa precisa ser dita, o Departamento de Antropologia e Arqueologia foi um dos primeiros departamentos a se mobilizar dentro da UFMG enquanto departamento. Então, eu acho que isso é válido e mostra efetivamente um compromisso político dos professores que estão compondo o departamento. Mas até a mobilização chegar eu estava muito incomodada, porque eu achei que ela estava morosa. Mas, às vezes, é fácil, para mim, fazer essa crítica, porque eu não sou uma professora efetiva do departamento, eu era substituta e agora sou voluntária. Então eu não estou por dentro de várias questões, que às vezes freiam esse movimento e esse engajamento mais direto, mais passional ou mais responsivo à demanda. Mas eu acho que os professores têm uma preocupação clara com o cenário político, sobretudo com esse contexto de restrições sociais que a gente anda vivendo.

TP: E quanto ao posicionamento da SAB, por exemplo, ou sobre outras organizações e coletivos de arqueólogos que saem do nosso contexto da UFMG?

V: Eu fico muito decepcionada, porque dentro desse contexto todo eu não vi um pronunciamento ou uma carta que fosse da SAB com relação às questões. É como se a SAB só pudesse opinar naquilo que tem estrita relação com arqueologia ou como se todas as mudanças que têm sido propostas pelo governo golpista não tivesse consequência na prática arqueológica. É estranho isso e inclusive é preciso se perguntar por que a Sociedade de Arqueologia Brasileira não se pronuncia em uma proposta de emenda constitucional sobre educação? Como que educação e arqueologia se comunicam? Ou como esse coletivo entende a arqueologia como parte de um movimento educacional amplo? É estranho, é preciso refletir sobre isso. Mas eu fico meio decepcionada porque, afinal, a PEC 245 não vem sozinha, não é mesmo? O golpe não foi dado. O golpe está sendo dado. É um processo. O *impeachment* foi um gatilho, mas o golpe está sendo dado na sociedade aos poucos. Então, tem conjuntos de projetos de leis e de emendas constitucionais que colocam efetivamente em risco o patrimônio e até agora isso não foi discutido. E não foi discutido isso nem dentro da universidade. Podemos pensar no projeto de lei que pensa em derrubar e invalidar a instrução normativa do IPHAN, por exemplo, e que é um processo político amplo, mas que ainda não foi discutido também.

É claro, nesse cenário, a gente pensa por batalhas. Uma batalha de cada vez. Mas isso me preocupa um tanto e a apatia dos arqueólogos de um modo geral me incomoda, porque o que a gente vê é os arqueólogos professores falando, mas muito mais porque eles estão diretamente ligados com a educação. Em determinados contextos isso não saiu "para fora", isso não foi para a sociedade. Eu acho que ainda é preciso mudar muito, mas reconheço que a arqueologia no Brasil é muito recente e isso reflete na pouca força política que efetivamente seus atores têm ainda. A própria história da arqueologia no Brasil ainda não colocou essa necessidade ou talvez nós, enquanto arqueólogos brasileiros, não vimos nas diversas nuances da sociedade uma ligação com a arqueologia. Mas é preciso refletir sobre isso. Eu acho apático, incomoda.

TP: Agradecemos pela disponibilidade e por falar tão abertamente dessa interlocução entre arqueologia e antropologia em suas diferentes dimensões. Esperamos que esse diálogo continue crescendo e alcance diferentes antropólogos, arqueólogos, professores e estudantes.

V: Eu fiquei super feliz e gostei muito. Queria agradecer pela oportunidade de falar um pouquinho e de conversar.

